

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO EM ITACARAMBI/MG: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

IMPLEMENTATION OF ACESSUAS WORK PROGRAM IN ITACARAMBI / MG: AN EXPERIENCE REPORT

Calvin Batista CAMPOS* 

Rafael Baioni do NASCIMENTO** 

Resumo: O presente artigo apresenta e analisa a experiência de implementação do Programa Acessuas Trabalho no município de Itacarambi/MG. O programa está inserido dentro da Política Nacional da Assistência Social e concretiza objetivos maiores de promoção da integração ao mundo do trabalho. A execução do programa se deu através de ciclos de oficinas em grupo, com cinco encontros cada ciclo abordando temas como: conceito e significados do trabalho, o trabalho na formação da identidade, elaboração de projeto de vida, desigualdade, discriminação, direitos e aspectos da economia solidária. No período analisado, o programa não gerou resultados significativos de geração de trabalho e renda. Contudo outros resultados de mobilização social foram observados, especialmente em relação ao trabalho com a juventude local. Conclui-se que a implementação de programas sociais em municípios pequenos requer compreensões do contexto da cidade, sua história e o jogo político que engendra as forças de poder.

Palavras-chave: Trabalho. Política Social. Programa Acessuas Trabalho. Economia Solidária.

Abstract: This article presents and analyzes the experience of implementing the Program Work Acessuas in the municipality of Itacarambi/MG. The program is part of the National Social Assistance Policy and achieves greater objectives to promote integration into the world of work. The program was implemented through cycles of group workshops, with five meetings each cycle addressing themes such as: concept and meanings of work, work in the formation of identity, elaboration of life projects, inequality, discrimination, rights and aspects of solidarity economy. During the period analyzed, the program did not generate significant results in terms of job and income generation. However, other results of social mobilization were observed, especially in relation to working with local youth. It is concluded that the implementation of social programs in small municipalities requires understanding the context of the city, its history and the political game that engenders the forces of power.

Keywords: Work. Social Policy. Program Work Acessuas. Solidary Economic.

Submetido em 16/10/2020.

Aceito em 03/04/2021.

*Mestrando em desenvolvimento social pelo PPGDS/UNIMONTES. Graduado em Psicologia/UMC. Bolsista CAPES. Rua Brigadeiro Eduardo Gomes 84, Vila Monteiro, Poá/SP. E-mail: thecalvincampos@hotmail.com

**Graduado em Psicologia/IPUSP, Mestrado e Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano/IPUSP. Docente na Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Rua São Tomé 249, Todos os Santos, Montes Claros/MG. E-mail: baionirafael@gmail.com



INTRODUÇÃO

Este artigo pretende apresentar e analisar a experiência de implementação do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas no município de Itacarambi, norte de Minas Gerais. O Acessuas é um programa federal que tem como objetivo principal promover aos usuários da Política Nacional de Assistência Social o acesso a informações sobre o trabalho como direito, iniciativas de inclusão produtiva e possibilitar inserção formal ou informal na produção de bens ou serviços. A experiência aqui analisada se refere ao período de julho a dezembro de 2019 no qual foi implementado o programa no município de Itacarambi, no norte de Minas Gerais.

De acordo com o IBGE (2019) a população estimada do município é de 18.153 habitantes o que caracteriza o município como Pequeno Porte I, conforme a Política Nacional de Assistência Social (2004). A principal fonte de renda dos munícipes é a agricultura familiar e o trabalho rural.

Itacarambi está a aproximadamente 230 quilômetros de distância de Montes Claros, que é conhecida como cidade de referência da região norte mineira, e a aproximadamente 60 quilômetros de Januária, cujo comarca judiciária referencia Itacarambi e possui o Instituto Federal mais próximo. O PIB per capita da cidade está avaliado em torno de R\$10.274, 98 (IBGE, 2017) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 0,641 (2010).

O programa teve início no Brasil em 2012 (na gestão de Dilma Rousseff) e está dentro da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), concretizando objetivos maiores, como o de promoção da integração ao mundo trabalho, estipulado pela Constituição Federal (1988). Neste sentido, o próprio Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (atualmente, no governo de Bolsonaro, o ministério foi reduzido à secretaria nacional) reconhece que

historicamente, os usuários da Assistência Social estiveram à margem das oportunidades de acesso ao mundo do trabalho, exercendo atividades informais e/ou de forma precarizada e enfrentando recorrentes situações de desemprego. Destaca-se, portanto, a importância de se considerar nas ações do Programa as relações anteriores desse público com o mundo do trabalho, suas causas e consequências, assim como os fatores positivos de protagonismo, criatividade e ambições dos usuários (MDSA, 2017).

Desta forma, o programa visa identificar e sensibilizar o público alvo; mapear oportunidades no território de abrangência; encaminhar as pessoas atendidas às oportunidades mapeadas; facilitar/apoiar as pessoas atendidas a acessarem as oportunidades existentes; monitorar o percurso dessas pessoas; fomentar a reflexão crítica quanto ao mundo do trabalho e articular junto a outras políticas setoriais e atores quanto às questões afetas ao mundo do trabalho (MDSA, 2017). Já nos objetivos elencados pelo Caderno de Orientações Técnicas é importante questionarmos criticamente: quais “oportunidades” são estas?

Apesar de recente e pouco conhecido, o programa já conta com alguns estudos e relatórios de outros municípios como em Natal/RN (SOUSA et al., 2017), Mogi das Cruzes/SP (BARBOSA et al., 2020) e Curitiba/PR (CONEGLIAN, 2017). A pesquisa empírica e local se justifica em razão da necessidade de

refletir sobre as diversas dificuldades locais na implementação de políticas públicas, especialmente em municípios pequenos.

De certa forma, este estudo propõe-se a refletir sobre alguns resultados que o programa alcançou ou não neste período de um semestre. Também pretende-se contribuir com dados empíricos sobre a discussão da relação teoria - prática, proposta por Wellen (2018) e outros autores. Estima-se que as reflexões e análises que aqui serão desdobradas tenham potencial de colaborar com a execução e implementação do Acessuas em outras experiências, presentes e futuras.

1. O PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO

1.1 Caracterizações preliminares

Ao analisar três tendências das chamadas políticas de ativação do trabalho, Teixeira e Neves (2018) argumentam que a reprodução ampliada do capital, guiada pelo projeto hegemônico de classe, agudizam “a exploração da força de trabalho e desenvolvem mecanismos que legitimam as desigualdades sociais e o desemprego” (p.134). As três tendências que as autoras encontraram são: 1) a criação de empregos formais com salários inferiores; 2) o estímulo ao trabalho cooperado e coletivo (como o Microempreendedor Individual – MEI e os Empreendimentos Econômicos Solidários – ESS) e por último 3) o fortalecimento da política de assistência social como possibilidade de acesso ao trabalho.

Tecendo críticas sobre cada uma dessas tendências, Teixeira e Neves (2018) observam como o Estado capitalista se apropria de tais políticas com o fito de ampliar a exploração da classe trabalhadora, seja atribuindo a esta o dever de exercer sua própria dominação - nos casos dos microempreendimentos individuais, seja pela oferta de trabalho “formal” com remuneração exponencialmente desigual.

Vinculado ao eixo “inclusão produtiva” do plano Brasil Sem Miséria, criado em meados de 2011, o Acessuas se insere na terceira tendência de políticas de ativação do trabalho (TEIXEIRA; NEVES, 2018). Sousa et al. (2017), no estudo da implementação do Acessuas em oito municípios do Rio Grande do Norte, concordam com Boschetti (2016, apud SOUSA et al, 2017) que a ampliação da assistência social no contexto de crise do capital não universaliza o Estado Social, “mas transmuta-o em espaço de submissão da classe trabalhadora às mais trágicas formas de exploração e condições de vida” (p. 2). Acrescentam as autoras: inserido na agenda neoliberal, o Acessuas executado por ações parciais não possibilita a emancipação “social” ou “financeira”, como proposto pelos objetivos do programa.

Siqueira (2016) trata de estudar a intersetorialidade na rede socioassistencial. Ao percorrer a compreensão de que após a constituição de 88 o Estado reconhece políticas de diversos setores como direito (saúde, educação, trabalho, moradia, lazer, segurança, entre outros), a autora aponta que uma única política “não é capaz de solucionar as demandas sociais”.

É antigo o debate sobre a interdisciplinaridade na assistência social. Como aponta Salgado (2017), o ideário da interdisciplinaridade denota a construção de pontes da saber e a minimização dos abismos de comunicação entre diversos profissionais. Para a autora, é através da interdisciplinaridade que é possível superar abordagens fragmentadas e individualizadoras. A interdisciplinaridade, entretanto, não visa romper com as especialidades do saber tampouco está livre de contradições e limites.

Em Itacarambi o programa Acessuas Trabalho foi executado via execução direta, ou seja, o próprio município executou o programa vinculado à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (ao contrário da execução através da rede socioassistencial privada, composta por entidades e organizações de assistência social - indireta). O Caderno de Orientações Técnicas (MDSA, 2017) prevê que a equipe de referência para municípios de pequeno porte I deve ser composta por um coordenador de nível superior e um técnico de nível médio. A Secretaria, no entanto, não seguiu a orientação e efetivou a contratação administrativa de um único profissional (com formação em psicologia) durante toda a experiência analisada.

O Programa Acessuas Trabalho destina-se a pessoas com idade entre 14 e 59 anos que são usuárias da política de assistência social, portanto: beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), pessoas inscritas no CadÚnico, pessoas com deficiência e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), jovens e adultos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e egressos, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, egressos e suas famílias, famílias com presença de situação de trabalho infantil, população em situação de rua, adolescentes e jovens no serviço de acolhimento e egressos, pessoas e famílias residentes em território de risco em decorrência do tráfico de drogas, pessoas egressas do sistema penal entre outros. A ideia que norteia quem é o público alvo do Programa é oriunda dos conceitos de vulnerabilidade e risco social, o que revela a necessidade de uma articulação fundamental com os serviços da Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), de média e alta complexidade.

O caderno de orientações do MDSA (2017) prevê a organização do Programa através de quatro eixos norteadores: 1) a identificação e sensibilização dos usuários, que consiste em uma busca ativa daqueles que possuem alguma demanda relativa à geração de trabalho e renda; 2) desenvolvimento de habilidades e orientação para o mundo do trabalho, espaço para realização das oficinas, rodas de conversa e dinâmicas que abordem aspectos da preparação para o mundo do trabalho no sentido de fortalecer a autonomia e o protagonismo na busca por direitos; 3) acesso à oportunidades, que se dá pelo mapeamento das oportunidades de inclusão produtiva no território e 4) monitoramento/acompanhamento do percurso dos usuários.

No que se refere aos eixos de identificação e monitoramento, a gestão do programa em Itacarambi realizou reuniões com as equipes da Coordenadoria de Esporte, Coordenadoria de Turismo e Eventos, Conselho Tutelar, escolas municipais e estaduais, equipamentos da Assistência Social (CRAS, CREAS, SCFV e PAIF) a fim de apresentar o programa e realizar a busca ativa dos usuários.

2. SOBRE O CICLO DE OFICINAS

O eixo de desenvolvimento de habilidades (2) foi cumprido através do ciclo de oficinas adaptado das experiências de Mogi das Cruzes (SP) e Curitiba (PR), que consiste em cinco encontros com duração média de uma hora e meia cada e frequência semanal. As oficinas eram realizadas através de grupos operativos de aproximadamente quinze participantes com a mediação do gestor (e também técnico) do Acessuas.

Zimmerman (1997) caracteriza os grupos operativos como aqueles no qual se incide uma tarefa específica. Para o autor, todos os grupos operativos são terapêuticos, porém nem todo grupo terapêutico é operativo. Zimmerman retoma a conceituação do psicanalista Pichon Rivière sobre grupo operativo “como um conjunto restrito de pessoas, que, [...] propõe-se, em forma explícita ou implícita, a uma tarefa que constitui sua finalidade, interagindo através de complexos mecanismos de assunção de papéis” (1997, p. 97).

Os encontros tinham início com dinâmicas de integração de grupo e frases que instigavam a reflexão acerca do tema de cada encontro. Os temas abordados em cada encontro não eram necessariamente o alvo das discussões; configuram-se fundamentalmente como base teórica para o trabalho com a população de assistência social, visto que estão enredadas em complexidades.

A proposta do trabalho em grupo era, através das dinâmicas, promover trocas, construir diálogos e proporcionar a escuta para os participantes. No primeiro encontro, por exemplo, convencionou-se a utilização de uma dinâmica no qual os participantes se apresentavam ao grupo jogando um novelo de barbante um a um e amarrando ao dedo. Ao término das apresentações, o grupo via-se diante de sua obra: entrelaçamentos, nós. Diante disto, associavam a imagem a seus significantes (“conexões”, “trocas”, “redes”, “conhecimentos”, entre outros).

A temática de cada primeiro encontro de cada ciclo de oficinas era o diálogo com a população sobre o conceito de trabalho conduzido pela tradição marxista. Seguindo as bases teóricas apresentadas e discutidas pelos trabalhos de Barbosa et al. (2020) e Barbosa (2011) questionava-se: como que é diferente o trabalho do humano para o “trabalho” do animal? Como que o trabalho faz parte de nossas vidas? Neste encontro pretendia-se dialogar sobre como o trabalho era apropriado pela sociedade capitalista, transformando tudo em mercadoria e naturalizando as desigualdades sociais.

O trabalho em grupo também foi proposital no sentido de proporcionar uma escuta coletiva dos modos de sofrer do trabalho estranhado (OLIVEIRA, 2014). Era comum ouvir nos grupos, já no interior dos debates sobre o trabalho falas que expressavam “não temos tempo de pensar sobre o trabalho” revelando a urgência do trabalho para a sobrevivência, ainda que isso implicasse superexploração e subserviência às desigualdades expostas; “é a realidade” ouvia-se, como algo natural, dado. Ao mesmo tempo, geralmente a partir de falas de mulheres adultas, escutava-se sobre o trabalho com a terra através do

plantio, do cuidado de animais, do trabalho rural, artesanal, em que alguns poucos falavam do seu identificar-se com seu fazer.

No segundo encontro, a temática que orientava os diálogos girava em torno da questão da identidade. Marcados pelo desemprego, ou pelo trabalho precarizado, os participantes não raramente falavam das poucas chances que tinham para refletir sobre o próprio corpo, os sentimentos, os processos de despersonalização que eram suprimidos pelo trabalho alienador, coisificador, brutalizado.

Como observa Drumond (2002), citando Ricardo Antunes, as transformações ocorridas no mundo do trabalho (especialmente a partir dos anos 80) afetam os trabalhadores não “só” nas condições materiais, mas principalmente subjetivamente. Neste encontro buscávamos retomar: “quais são nossos gostos?”, “o que é bom para gente?”, “o que nos faz falta?”, “onde gostamos de estar?” – criava-se espaços para imaginar sobre o ser.

Em seguida, já no terceiro encontro do ciclo de oficinas, através da mediação do psicólogo, os participantes discutiam e produziam seus respectivos projetos de vida. A elaboração do projeto de vida se dava a partir de uma dinâmica de grupo no qual os participantes eram incentivados a executar uma tarefa em dois subgrupos: num primeiro momento executam a tarefa de maneira imediata em sessenta segundos, no segundo momento executam a mesma tarefa, no mesmo tempo, portanto, agora, tendo a oportunidade de planejar previamente.

O desenvolvimento da dinâmica tornava possível o vislumbre da temática mediada por uma frase que tratava sobre projeto de vida. Diante da tarefa de elaborar um projeto de vida, de si, os participantes se colocavam o desafio de traçar metas, objetivos, horizontes; lembrar sonhos.

Como Barbosa (2011) defende em sua dissertação, a partir de Lukács, a teleologia é a prévia formação das ideias, no qual a relação do homem com a natureza objetiva cria novos objetos e possibilitam a ação transformadora do homem. Nesse sentido, continuava-se o diálogo iniciado no primeiro encontro: o que diferencia o trabalho do João de Barro para o trabalho de um arquiteto, por exemplo, é justamente a capacidade deste último de projeção, de ideação, de planejamento.

Os participantes tinham neste terceiro encontro espaço e tempo disponíveis para pensar, planejar, sonhar e projetar sobre si mesmos. A dinâmica de grupo também corroborava com a discussão: a tarefa exercida no segundo momento era mais efetiva do que a do primeiro momento.

Já se aproximando do término do ciclo de oficinas, na quarta é reservado um tempo para uma troca de saberes pragmática e instrumental. Falar em preparação para entrevista de emprego é obsoleto em Itacarambi, visto que os postos de trabalhos formais são raros e que os munícipes relatam muito a prática do nepotismo na ocupação das vagas formais.

No estudo exploratório sobre o patrimonialismo, personalismo e clientelismo nos municípios pequenos brasileiros, Oliveira, Oliveira e Santos (2011) descrevem como tais elementos se inserem no Estado burocrático marcados historicamente pelo colonialismo e escravagismo. Com isso, faz sentido

afirmar que o trabalho socioassistencial em municípios pequenos deve reconhecer quais dinâmicas operam no interior da vida política e social da cidade.

Neste encontro, tendo feito tais considerações, foi instrumentalizado para os participantes os moldes da elaboração de um currículo. Tal pauta, apesar das críticas feitas sobre sua eficácia, é também demanda dos participantes em grande parte das oficinas. A demanda nos indicava que eventualmente os participantes planejavam sair da cidade. Apesar da experiência não conseguir avançar neste debate, nota-se aqui a importância de inserir no debate outros temas como: luta pela terra, reforma agrária e políticas de subsídio à agricultura familiar.

No segundo momento do mesmo encontro, é proposto os diálogos a respeito dos processos de discriminação, desigualdade social, bem como também sobre os direitos trabalhistas, entre outros.

A experiência revela que tal encontro costuma ter dinâmicas muito distintas de acordo com cada grupo. O dado corrobora a explicação da perspectiva psicanalítica que compreende que cada grupo age e se comporta como uma unidade psíquica própria (ZIMERMAN, 1997), caminhando num tempo e espaço próprio mediante as operações psíquicas que lhes são possíveis.

Apesar de trabalhar com temas densos, de complexidade considerável, a experiência não se negou o compromisso com o fazer da escuta. Isto pois cada grupo também obteve um caminhar nas temáticas de modo sempre particular e não esteve no horizonte da práxis o “andar rápido com o conteúdo”. Desta forma, cada grupo chegou no quarto encontro de modos muito distintos, revelando a problemática de reduzir tais debates em cinco encontros.

Por fim, o último encontro pretende abordar os princípios da economia solidária, entre os quais estão: autogestão, trabalho cooperativo, empreendimentos econômicos solidários. Fazendo a crítica às tendências do empreendedorismo meritocrata do neoliberalismo contemporâneo e também da precarização do trabalho, neste encontro, dado o caminhar já traçado pelos participantes, são revelados as contradições e os dilemas internos da própria economia solidária.

Como aponta Singer,

seria um erro supor que a Economia Solidária é a única opção de sobrevivência das camadas mais pobres e excluídas das classes trabalhadoras. Não é verdade que a pobreza e a exclusão tornam suas vítimas imaneamente solidárias. O que se observa é que há muita solidariedade entre os mais pobres e que a ajuda mútua é essencial à sua sobrevivência. Mas esta solidariedade se limita aos mais próximos, com os quais a pessoa pobre se identifica. A mesma pessoa que se mostra solidária com parentes e vizinhos disputa com unhas e dentes qualquer oportunidade de ganho contra outras, que lhes são “estranhas”. E muitos deles aceitam e internalizam os valores do individualismo que fundamentam a instituição do capitalismo (SINGER, 2000:15).

Seguindo os respectivos projetos de vida esboçados no terceiro encontro e com o desenvolvimento das oficinas, foi construído de acordo com cada turma formada alternativas de trabalho e geração de renda como propostas de cooperativas de culinária, de costura e de estética.

3. RESULTADOS

A participação nos grupos era majoritariamente de mulheres, muitas das vezes mães, solteiras, com escolaridade de nível básico (ora ensino fundamental, ora ensino médio), sem experiência de trabalho e qualificação profissional.

Notou-se também que em alguns grupos havia dificuldade de avançar no debate sobre o trabalho enquanto as famílias vivenciavam outras violações, como vulnerabilidades territoriais, violência doméstica e adoecimento psíquico. O dado nos mostra que não é possível desenvolver o trabalho socioassistencial de modo isolado. A execução do Acessuas em Itacarambi por vezes se deparava com demandas que não eram necessariamente o trabalho, mas sim de outras políticas setoriais.

Os grupos que pretendiam formar cooperativas de culinária iniciaram suas atividades participando de eventos municipais como desfiles cívicos e ações da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. As primeiras ações, entretanto, não geraram renda significativa. Tais grupos reconheceram que seria necessário exigir do poder público qualificação profissional e espaço fixo para continuar suas atividades.

O grupo continuou sendo monitorado durante o período previsto. Foi preciso continuar orientando a mobilização do pequeno empreendimento e pautando também a necessidade de um projeto municipal de incubação para empreendimentos econômicos solidários.

Outras propostas de cooperativas, como de costura e estética, não obtiveram apoio/financiamento da Secretaria para executar suas ações. As justificativas superiores eram a falta de recursos financeiros, recursos humanos e infraestrutura.

A equipe técnica realizou busca ativa também com a iniciativa privada, com foco em estabelecer parceria que fornecesse qualificação profissional às cooperativas. No âmbito das parcerias, com vistas ao eixo de Desenvolvimento de Habilidades (Eixo 2), foi estabelecido também parceria com a Universidade Estadual de Montes Claros a fim de promover o debate e a reflexão sobre importância e necessidade de acesso ao ensino superior público e de qualidade. O programa tornou possível a visita de um grupo de 14 adolescentes à UNIMONTES, mediante a parceria, em outubro de 2019.

Numa ótica panorâmica, em relação aos objetivos gerais do programa - promoção dos usuários ao acesso de informações sobre o trabalho como direito e inserção formal ou informal na produção de bens e serviços (MDSA, 2017) – não se observa a efetivação completa do programa Acessuas. Considerando o recorte de seis meses da experiência, podemos ressaltar que o programa foi implementado apesar das dificuldades. Dificuldades estas de ordens gerenciais, executivas no âmbito da rede socioassistencial e intersetorial e também técnico-administrativas (em relação à falta de recursos humanos para composição da equipe).

4. PARA ALÉM DO ACESSUAS: MOVIMENTO SOCIAL COMO RESULTADO DO DEBATE

Após um ciclo de oficina numa escola estadual com alunos do último ano do ensino médio, foi levantado as dificuldades de acesso ao ensino superior bem como outras desigualdades presentes no município (relativas à racismo, falta de acesso à tecnologia social e transporte público, espaços destinados à cultura, à juventude e ao esporte).

Visto que os encontros se aproximavam do término, o grupo previu a continuidade dos encontros através de debates acerca do que poderia vir a ser um conselho de juventude no município. A equipe técnica do Acessuas, ciente de que tais reivindicações eram políticas fundamentais para a promoção do acesso ao mundo do trabalho, concordou em participar da proposta e dos encontros, assumindo ainda o lugar de representante do poder público de forma provisória.

O grupo, estudando o Estatuto da Juventude, conforme sugestão do profissional técnico, cogitou a possibilidade de criação do Conselho Municipal de Juventude. Posteriormente, com o avanço dos debates, o grupo conseguiu se articular para a criação do regimento interno e projeto de lei que fora aprovado em meados de maio de 2020. Tal participação da equipe técnica em um movimento social de organização da sociedade civil ensinou que as ações do programa Acessuas não se encerram nos ciclos de oficinas, palestras ou rodas de conversa.

Promover o acesso ao mundo do trabalho significa criar estratégias para que os sujeitos e suas famílias criem, lutem e usufruam de um trabalho digno, mas é também estar ao lado na luta por políticas públicas efetivas de educação, esporte, saúde, cultura, acessibilidade, entre outras. Desta forma, na experiência de Itacarambi, a gestão do programa pôs-se ao lado da juventude que se organizava prontamente para a criação de um conselho municipal que visava defender seus direitos e exercer o controle social no município de modo autônomo.

Nessa perspectiva, no âmbito da mobilização civil e social da juventude, o Acessuas Trabalho alcançou conjuntamente os seguintes resultados: planejamento e execução de um evento denominado “O que é Consciência Negra?”, com fito de promover a reflexão junto à sociedade civil de práticas racistas e outros temas relativos; desenvolvimento do Cine Cras, em conjunto com a equipe do CRAS, que previa a exibição mensal de um filme que discuta uma temática social; participação na 1ª edição do Prêmio de Inovação em Política Pública da Juventude da Secretaria Nacional de Juventude: Itacarambi classificou-se em 3º lugar da região sudeste.

5. DEBATES ENTRE NÓS

Como já foi revelado, a equipe técnica do Acessuas em Itacarambi foi composta por apenas um técnico de nível superior, que exercia a função de coordenação e execução técnica do programa, contratado mediante contrato administrativo por tempo determinado.

Oliveira, Oliveira e Santos (2011) descrevem categoricamente as formas do patrimonialismo, do personalismo e do clientelismo na vida pública de pequenos municípios brasileiros. Itacarambi é um desses municípios que vive as marcas do Brasil colônia, marcas estas que são de ordem econômicas, sociais e políticas.

Conforme Freyre (2006) afirma desde o século XVI a família é o agente-chave da colonização brasileira, mais do que o Estado ou até mesmo as companhias comerciais.

“Antes mesmo da Igreja, é a família o principal ente sociológico da unidade nacional” (OLIVEIRA; OLIVEIRA; SANTOS, 2011, p. 954). Situar o papel da família enquanto instituição na vida públicas das cidades é imprescindível para compreender os agenciamentos da cultura personalista e clientelista na estrutura política-administrativa do Estado brasileiro.

Pesquisando sobre os processos organizativos e de figuração social do Norte de Minas, Costa (2019) observa através de documentação colonial os primórdios da sociedade catrumana em meados de 1660 até sua consolidação e complexificação em torno de 1970. A região integra o Polígono das Secas e compõe a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. O autor nos apresenta em seu trabalho que a região norte mineira historicamente lida com complexas e profundas questões de disputa pelo território, que desembocaram inclusive no genocídio de comunidades indígenas e quilombolas.

Imersos em complexidades históricas, econômicas, socio territoriais e políticas cabe destacar que em Itacarambi, as particularidades locais, que merecem observação atenta, corroboram com a cultura de patrimonialismo, personalismo e clientelismo apresentadas por Oliveira, Oliveira e Santos (2011) que por sua vez tem raízes na própria história do desenvolvimento da região norte mineira, apresentado por Costa (2019). Local, regional, nacional e global estão imbricados em si.

Verificou-se no município a cultura de contratação de profissionais, tanto na secretaria de assistência social como de saúde, via contrato administrativo, facilitando a possibilidade de configurar aparelhamento político e conseqüentemente descaracterizar a execução das políticas sociais como tais. Desconfigurar o exercício da política nacional a nível local abre precedentes para práticas de gerenciamento ilícito do recurso público.

Dando voz a gestores e técnicos considerados como agentes implementadores da política de assistência social, Sátyro e Cunha (2019) concluem que tanto quanto a dificuldade das limitações orçamentárias, os fatores que dificultam a implementação da política pública são também técnicos e administrativos.

Tal dado nos leva ao primeiro desafio encontrado na gestão, execução do programa Acessuas e seu monitoramento: a não observância da contratação do profissional de nível médio. A admissão de profissionais via contrato administrativo, ao invés de concurso público, é também um dos grandes desafios que comprometem tanto a política de geração de trabalho e renda como toda a política de assistência social. Isso é evidenciado pela alta rotatividade de trabalhadores, atuação mediante interesses políticos, descontinuidade de ações iniciadas por gestões anteriores, entre outros.

Outro desafio que se insere no âmbito da gestão do programa é relativo à intersetorialidade (preconizado pelas orientações técnicas do MDS), ou seja, ao diálogo com outras secretarias, tal como educação, saúde, transporte e cultura. Diante da dificuldade de articular com a própria Secretaria de Assistência, não foi criada a infraestrutura mínima para sustentar os espaços de geração de trabalho e renda para as cooperativas formadas.

Outro desafio se encontra aqui: em um programa que toma para si o papel da articulação intersetorial, os desafios de diálogo com outras políticas públicas e sociais demonstram o nível de complexidade da problemática.

Considerando que a parcialidade das ações não é só insuficiente, mas obsoleta, a execução do Acessuas em Itacarambi se propõe interdisciplinar. Como já apresentado por Siqueira (2016) e Salgado (2015) as contradições da interdisciplinaridade e os desafios da intersetorialidade estão longe de serem esgotados.

Diante das complexidades postas, com vistas a um sujeito e uma sociedade mais plural e democrática reafirmamos a necessidade de defender atuações interdisciplinares que reivindiquem o funcionamento da rede pública (tanto socioassistencial como em relação à outras políticas públicas setoriais).

As reflexões sobre a experiência de Itacarambi apontam na mesma direção que Siqueira (2016): os trabalhos intersetoriais devem avançar não só no âmbito do poder público municipal, mas também estadual e nacional, inclusive para além do poder público, incluindo os debates acadêmicos e científicos e entre os movimentos sociais e da sociedade civil.

O desafio do trabalho interdisciplinar, na experiência cidadina de Itacarambi, fez implicar nos diversos atores sociais o reconhecimento das complexidades múltiplas do lugar que ocupam na esfera social pública e, sobretudo, política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como defende Wellen (2018) não é possível dissociar os campos da teoria e da prática visto que tais caminhos confluem, divergem e transitam entre si. No interior do debate sobre o trabalho então, mais ainda, notamos a necessidade de abrir diálogos que comportem contradições e inconclusões; que permitam que o coletivo proponha alternativas e reflexões úteis a si, sem distanciar-se, contudo, das importantes contribuições do pensamento acadêmico e científico dos mais diversos campos elencados.

Para terminar, a experiência de implementação do Acessuas em Itacarambi revelou que boas práticas requerem análise e observação prévia sobre o território a ser implantado tal política. Isto porque, as experiências anteriores foram fundamentais para a práxis no território, contudo foram insuficientes. Compreender as demandas da população da Itacarambi, o contexto da cidade, sua história, o jogo político que engendra as forças de poder, bem como também sua situação geográfica e macroespacial se tornou de suma importância para não cair numa prática descontextualizada e ingênua.

Salientamos a necessidade de mais pesquisas empíricas e locais, especialmente em municípios pequenos. A estimativa do IBGE de 2017 indica que mais da metade dos municípios brasileiros (68,3%) possuem população até 20.000 habitantes como Itacarambi. O percentual corresponde a 15,5% da população do país. Há sempre espaço para novas construções e reflexões em um campo tão pouco pesquisado: os municípios pequenos brasileiros.

Por fim, é imprescindível criar espaços de debates entre nós. Que reconheça e discorra sobre as urgências locais e que simultaneamente adentre às questões amplas, históricas e profundas dos territórios e dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Vera Suzart. **Empreendimentos Econômicos Solidários: uma possibilidade de geração de trabalho e renda na perspectiva da inclusão social**, Campinas/SP 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.

BARBOSA, Vera Suzart; FERNANDES, Francilene Gomes; OLIVEIRA, Priscila Beralda Moreira de; CAMPOS, Calvin Batista. **A importância da categoria trabalho no debate com usuários da política de assistência social**. In: OLIVEIRA, Thaislayne Nunes (org.). *Processos de subjetivação no serviço social 5*. Ponta Grossa/PR: Atena, 2020.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. **Acessuas Trabalho: orientações técnicas. Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho** – Brasília, DF. MDSA, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Caderno_Orientacoes_ACESSUAS_fev17.pdf. Acesso em 13/06/2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 13/06/2020.

CONEGLIAN, F. R. (org.) [et. al]. PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Instituto Municipal de Administração Pública. **Relatório de Gestão da Prefeitura Municipal de Curitiba – 2017**.

COSTA, João Batista de Almeida. **A sociedade de curral: desenvolvimento social pelas figurações sociais, pelo habitus e pela organização do estado no norte de minas**. Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes, Montes Claros, v. 16, n. 2, p. 195-236, set. 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/216/252>. Acesso em 13/06/2020.

DRUMOND, Valéria Abritta Teixeira. **O Princípio da Integração do Trabalhador na Empresa no Sistema Jurídico-Constitucional Brasileiro**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica, Minas Gerais. 2002.

FREYRE, Gilberto de Mello. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª. Ed. São Paulo: Global, 2006.

OLIVEIRA, Renato Almeida de. **A concepção de trabalho na filosofia do jovem marx e suas implicações antropológicas.** Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia, v. 2, n. 03, p. 72-88, 15 dez. 2014. Faculdade de Filosofia e Ciências. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/6_RenatoAlmeidadeOliveira.pdf. Acesso em 13/06/2020.

OLIVEIRA, Renato Ferreira de; OLIVEIRA, Virgílio César da Silva e; SANTOS, Antônio Carlos dos. **Beneficiários ou reféns? O patrimonialismo na perspectiva dos cidadãos de Poço Fundo, Minas Gerais.** Cad. Ebape.Br, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 950-966, Dez- 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512011000400002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 13/06/2020.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS/ 2004. **Resolução 145/2004.** Ministério de Desenvolvimento Social e Combato à Fome. Brasília: CNAS, 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf . Acesso em 13/06/2020.

SALGADO, Flavia Franco. O trabalho interdisciplinar na assistência social: análise da experiência em um CRAS de Niterói-RJ. I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social – UFSC. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180724>. Acesso em 13/06/2020.

SATYRO, Natália Guimarães Duarte; CUNHA, Eleonora Schettini M.. **Jogando luzes sobre os determinantes burocráticos e de gestão da política de assistência social nos municípios brasileiros.** Opin. Publica, Campinas , v. 25, n. 2, p. 401-432, ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/op/v25n2/1807-0191-op-25-2-0401.pdf>. Acesso em 13/06/2020.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

SIQUEIRA, Claudiane Moreira. **Intersetorialidade na rede socioassistencial.** IV Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, Belo Horizonte/MG. 2016. Disponível em: <https://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/05/05d8575d-cc98-4063-9db2-c3f0d37c50ac.pdf>. Acesso em 13/06/2020.

SOUZA, Burnier Sales; OLIVEIRA, Isabel Fernandes; PAIVA, Ilana Lemos; LIMA, Fellipe Coelho; GURGEL, Melanie Moura Medina. **A implementação do ACESSUAS Trabalho na região metropolitana de Natal/RN.** Universidade Federal do Maranhão, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo2/aimplementacaodoacessuas trabalhonaregia ometropolinadenatalrntrelimitesepossibilidade.pdf>. Acesso em 01/06/2020.

TEIXEIRA, Sandra Oliveira; NEVES, Daniela. **Trabalho e Assistência Social no Capitalismo Dependente: uma análise marxista das chamadas políticas "ativas de mercado de trabalho".** In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de (orgs.). *Marxismo, política social e direitos.* São Paulo: Cortez, 2018. Cap. 6. p. 133-163.

WELLEN, Henrique. **Karl Marx e a Crítica à economia política: apontamentos analíticos sobre a relação entre teoria e prática.** In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de (orgs.). *Marxismo, política social e direitos.* São Paulo: Cortez, 2018. Cap. 1. p. 19-37.

ZIMERMAN, David Epelbaum; OSÓRIO, Luiz Carlos (orgs.). **Como trabalhamos com grupos.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

Contribuições dos autores

Calvin Batista Campos: autor e revisor.

Rafael Baioni do Nascimento: autor e revisor.
